

Um capitalismo selvagem: princípios, valores e regras que regem o mercado ilegal de apostas da loteria do jogo do bicho nas ruas e esquinas da cidade do Rio de Janeiro.

Rômulo Bulgarelli Labronici

Resumo: No Rio de Janeiro as apostas feitas na loteria do jogo do bicho costumam ser realizadas nas ruas e esquinas da cidade. Tal fato a torna uma atividade privilegiada de interpretação sobre a forma pela qual se expressam as contradições legais e morais no cotidiano urbano carioca. Com isso, este trabalho busca analisar como a relação ambígua e contraditória do jogo é posta à prova quando os sujeitos que o praticam, em muitos casos, não entendem esta atividade na chave da transgressão. Deste modo, procura-se aqui investigar alguns dos princípios, valores e regras inseridas no mercado de apostas que vão ser suas bases de sustentação e continuidade. Para alcançar tais objetivos, busca-se, a partir de um trabalho etnográfico sobre o jogo, realizado em diferentes pontos espalhados por diversos bairros do Rio de Janeiro, explorar como a relação entre jogadores e operadores se estabelece nesse mercado de apostas ilegais. Esta observação do cotidiano do jogo permitirá compreender como estão construídos alguns dos entrelaçamentos entre a lei e a ilegalidade no mercado de jogos praticado no meio urbano carioca.

Palavras-chave: Jogo do bicho, mercado de apostas, honra, ilegalismos, sorte

“But to live outside the law, you must be honest” -
Absolutely Sweet Marie – Bob Dylan, 1966

Em entrevista para a revista *Veja Rio*, o sambista Zeca Pagodinho foi perguntado: “Ainda costuma jogar no bicho?” No que ele responde: “É claro. Outro dia coloquei 100 reais e ganhei 1800. Ganho quase toda semana e distribuo o dinheiro pro cozinheiro, pro motorista, pra todo mundo. Já ganhei mais de 10 000 reais num só jogo”(sic.). Em seguida o repórter questiona: “Então você é a favor da legalização do jogo do bicho?” O que em seguida ele responde: “É ilegal?¹”. No Brasil, o mercado de jogos de apostas pode ser representado sob distintas formas. Uma compreensão polissêmica que, devido a ambiguidade de sua representação, produz percepções discrepantes, algumas vezes

¹ Revista *Veja Rio*, 09 de março de 2020. <https://vejario.abril.com.br/beira-mar/zeca-pagodinho-depressao> (acessado em: 12/01/2024).

contraditórias, e até mesmo paradoxais, sobre o hábito de apostar. Isto torna-se intensificado por se tratar de uma loteria tipificada enquanto contravenção. Na cidade do Rio de Janeiro as apostas do bicho são realizadas nas ruas, o que insere esta loteria como uma atividade privilegiada de interpretação sobre como estão expressas as contradições legais e morais no cotidiano urbano carioca. Assim, aqui busca-se observar como tal relação ambígua e contraditória do jogo é diariamente posta à prova quando sujeitos que não entendem esta atividade na chave da transgressão fazem suas apostas nos mais variados pontos de jogo espalhados pela cidade. Deste modo, procura-se aqui analisar alguns dos princípios, valores, regras e etiquetas inseridas no mercado de apostas que permitem a sua continuidade nas ruas e esquinas.

O jogo do bicho foi criado na cidade do Rio de Janeiro e, ao longo de sua história, adquiriu uma dinâmica própria, na qual o seu controle, gestão e administração passaram para as mãos de alguns grupos, constituídos em núcleos familiares que se apropriaram da atividade e se beneficiam de seus lucros (Magalhães, 2011; Chazkel, 2014). Tais grupos estão hierarquicamente organizados e associados à agentes do poder público que estão voltados para a produção de um monopólio e fazem do jogo uma atividade altamente lucrativa em seus territórios de controle (Misse, 2007, Labronici, 2020). Para se explorar o jogo em um determinado bairro ou zona da cidade, deve-se, a partir disso, se ter o aval e a permissão de seus donos, caso contrário, conflitos armados e atentados podem ser deflagrados. Além das apostas da loteria, outras atividades de jogos foram aos poucos sendo assimiladas por tais grupos que passaram também a controlar o mercado de jogos eletrônico como caça-níqueis e de cassinos clandestinos (Otávio; Jupiara, 2015: 134-135). Com isso, o mercado de apostas na cidade encontra-se sob uma rubrica associada a representação de uma organização criminosa. Por outro lado, em se tratando da loteria do bicho propriamente dita, sua representação ultrapassa seu estatuto legal. Por ter passado por um processo de criminalização ao longo de sua história, juntamente com o desenvolvimento, urbanização, modernização da cidade e regulação do mercado de diversões, muitas vezes a representação desse jogo é colocada entre as chaves da tradição, do folclore e da cultura popular; e entre o crime, a transgressão e o vício (Chazkel: 2014). Como afirmaram os antropólogos Roberto Damatta e Elena Soárez:

A jogatina sempre esteve presente na sociedade, mas quando, com a proclamação da República, se adota formalmente o credo igualitário e o ideal de liberdade individual como base da cidadania, a atividade se amplia de modo

considerável, chegando à consciência das elites como um problema social que caberia discutir, regular e controlar (Damatta; Soárez, 1999: 79).

Com sua dinâmica nas ruas e esquinas, o jogo passou a ser inserido em um regime diferencial oscilando entre a tolerância, a transgressão consentida e a repressão conforme contextos, microconjunturas políticas e relações de poder que se configuram em cada cenário. Deste modo, ele passa aqui a ser entendido como um Ilegalismo, nos termos de Michel Foucault (1994), pois encontra-se imerso em campos de disputa que possibilitam a análise de como as leis operam neste mercado. De modo a alcançar os objetivos aqui propostos, busca-se, a partir de um trabalho etnográfico sobre o jogo, realizado em diferentes pontos espalhados por diversos bairros do Rio de Janeiro (Labronici, 2012), explorar como a relação entre jogadores e operadores do jogo (denominados aqui de bicheiros) possibilita compreender alguns dos princípios que regem o mercado de apostas ilegais. Como apontou o sociólogo Roger Caillois (2017: 36) todo jogo é constituído por um sistema de regras que definem o permitido e o proibido, produto de convenções simultaneamente arbitrárias, imperativas e inapeláveis. No caso do bicho, se trata de uma loteria que é organizada em uma associação entre animais e números que permite uma múltipla interpretação do universo, dos sonhos, da vida do apostador e que organiza um rearranjo semântico do seu cotidiano para o jogo produzindo um “valor moral” (Damatta; Soárez, 1999: 30) e eventualmente fortuna. Interpretações entre elementos que não teriam uma correlação direta de causa e efeito são produzidas na busca pelo próximo animal sorteado. Assim, a atividade de apostas é, em sua essência, imprevisível e em muitos casos é este um dos traços que motivam o seu funcionamento. Joga-se com o intuito de descobrir e desvendar um resultado futuro. Entretanto, como aqui se busca evidenciar, é necessário mais do que o simples ímpeto de se apostar em números e bichos para que o jogo se estruture nas ruas e esquinas da cidade. A existência de padrões e formas específicas de elaboração de apostas produzem um grau de previsibilidade, com parâmetros impessoais e igualitários, para que o jogo adquira sua legitimidade. Por um lado, uma estrutura de mercado institucionalizada, com princípios éticos específicos, foi estabelecida e permitiu a ampliação de jogadores em potencial. Por outro, jogadores e bicheiros acabam por estabelecer relações que são pautadas e permeadas por regras e etiquetas que vão ampliar o vínculo entre as partes e, conseqüentemente, a força que o jogo possui nas ruas.

O PRINCÍPIO DA HONESTIDADE

No dia 2 de dezembro de 1976, ao sair da quadra da Escola de samba da Vila Isabel, Euclides Panair, conhecido como “China Cabeça Branca”, foi executado a queima roupa em seu carro com um tiro na cabeça. Ele era presidente da Escola de Samba Salgueiro e um dos grandes donos de pontos de jogo do bicho de sua geração. Sua morte teria se dado em decorrência de uma ruptura com a cúpula² que, supostamente, estaria se organizando para realizar uma manipulação de resultados e evitar que certos números saíssem com mais frequência em determinados sorteios. China, um banqueiro³ que era favorável a legalização do jogo, teria acusado os demais membros da cúpula em um jornal de grande circulação (Filho, 1994). A morte de China, além de evidenciar o elevado grau de violência na forma com que os conflitos são administrados pela organização do jogo, demarcava uma mudança na estrutura de poder da contravenção. No entanto, ainda é importante demarcar o peso das acusações feitas pelo banqueiro. Uma acusação de possíveis trapaças ou manipulações de resultados mina a confiança que os apostadores teriam do jogo e inseriria um risco existencial e, conseqüentemente, ao poder político-econômico de todos os banqueiros.

Não existe no bicho nada que se apresente enquanto uma garantia que possa estar embasada e sustentada pelo Estado ou pelo poder público. Um jogador premiado não tem como saber se receberá o dinheiro respectivo a seu prêmio no final de um sorteio, caso seja premiado, ou de que o sorteio será feito sem nenhum tipo de interferência. Entretanto, encontram-se apoiados na velha máxima do jogo: “vale o escrito”. Em seus bilhetes de apostas (*pules*) tal máxima está escrita como a garantia de que o jogo realizado por um apostador seja válido e pago, como um contrato firmado entre jogadores e bicheiros. Ambos creem que “o jogo sempre paga”, independentemente do valor ou do dia. Um prêmio está garantido desde que a *pule* premiada seja apresentada no ponto onde foi feita

² No processo de institucionalização do jogo do bicho a cúpula pode ser definida como uma “consolidação institucional” (Chinelli; Silva, 1993: 49), que progressivamente reduziu a frequência e a relevância do recurso à força, até atingir o momento atual, que se caracteriza por uma pacificação aparentemente total obtida através de um acordo de cúpula e que conta com o aval implícito do poder público.

³ Os donos ou também chamados de “banqueiros” do jogo, são personalidades públicas nacionalmente reconhecidas e que são eventualmente expostas nas páginas policiais (Labronici, 2012: 21).

e no período determinado⁴. Um jogo que tem na confiança entre os sujeitos – apostador e bicheiro – uma de suas premissas basilares para a manutenção das apostas, pois ao jogar nesta loteria envolve a apreciação de regras e princípios jurídico-econômicos próprios que permitem que tanto bichos (imaginários e simbólicos) quanto números sejam jogados cotidianamente por sujeitos, muitas vezes, anônimos ou estranhos uns aos outros.

A questão da honestidade é uma temática que hora ou outra emerge nos pontos do bicho. Assim, o cuidado e a preocupação que os bicheiros possuem em manter a credibilidade do jogo, fazem da confiança e da honestidade um dos seus pilares de sustentação. Comentaristas da cultura brasileira já se admiravam da confiabilidade da loteria clandestina. Em sua obra clássica sobre a sociologia dos jogos, Roger Caillois (2017) comenta sobre a “honestidade escrupulosa” (:202) do bicheiro. Todos os jogadores se surpreenderiam com a existência de uma honestidade maior nesse jogo do que em outros campos da vida cotidiana. Nunca um deles, garantiam, deu prejuízo de um centavo a sua prática. Segundo o autor, a razão para isso seria que sem a confiança este tipo de atividade não poderia durar. Em seus termos, “Quando nem controle nem reclamação podem existir, a boa-fé não é um luxo, mas uma necessidade” (:203).

Ao final da década de 1930, o escritor Stefan Zweig (2013 [1941]) também afirmou a confiabilidade desses personagens do submundo: “Para não fornecer nenhuma prova à polícia, joga-se na confiança. O banqueiro não fornece recibos para seus clientes, mas não conhece um único caso em que não tivesse mantido sua obrigação” (:137). Do mesmo modo, o escritor Pedro Anísio (1948), em sua publicação elogiosa ao jogo do bicho, exclamou que o jogo é atacado de maneira tão violenta precisamente porque ele é o “último reduto da honestidade nesse país”. Enquanto que “a fé nas tirinhas de papel que todas as tardes em todos os postes da cidade são pregadas por mãos invisíveis, dando o resultado do bicho, porque aquelas tirinhas falam a verdade, honestamente, decentemente, heroicamente” (*apud* PACHECO, 1948: 63).

A historiadora Amy Chazkel (2014) aponta que desde o início do século XX, jogar no bicho era uma atividade arriscada em mais de um sentido. Ela envolvia apostar dinheiro e invocar a fé de que o animal ou número em que se havia jogado iria resultar

⁴ Outra máxima do bicho e que se encontra escrita nas *pules* de apostas é a frase: “Vale por três dias”, reforçando a ideia de que o jogador tem até três dias para ir recolher seu prêmio. Entretanto, como se observou, este prazo pode chegar até uma semana (Labronici, 2012: 151).

em um prêmio. Além disso, era preciso também confiar que o bicheiro iria pagar o que devia se o número fosse vencedor: não existia qualquer recurso legal se ele recusasse a fazê-lo. A ideia do bicheiro honesto era tão generalizada que, embora incidentes cotidianos do jogo do bicho só raramente fossem notificados na imprensa, rompimentos do sistema de honra do jogo poderiam até mesmo chegar às páginas do jornal. Em 1941, como exemplifica a autora, uma reportagem sobre um bicheiro no Rio que deixou de pagar o ganhador foi tão polêmica que chegou a ser transmitida nas notícias nacionais (:299).

Nos pontos de jogo, as regras de sociabilidade entre bicheiros e apostadores são bastante tácitas. Apesar de não contar com a presença de nenhum agente público ou órgão regulador que fiscalize o movimento de apostas, essas que são legitimadas a partir deste princípio da honestidade. O historiador Felipe Magalhães (2011) apresenta um pouco mais sobre esta questão:

Em função da honestidade ser o valor e o bem fundamental no mundo da contravenção do jogo do bicho, os bicheiros vão legitimar suas ações a partir da afirmação deste princípio. Outrossim, ao marcarem sua honestidade enquanto grupo, os bicheiros vão procurar distanciar-se de outras categorias de “foras da lei” como ladrões, assassinos e traficantes de drogas. (Magalhães, 2011: 176)

É possível perceber durante o convívio com os bicheiros uma constante tentativa de legitimação do seu trabalho. A ideia de honestidade parece ser fundamental nesta direção. Ao longo do trabalho de campo, eram comuns afirmações como: “O bicho sempre paga! Se o cara ganhou, ele tem que receber!” (Labronici, 2012: 125), que eram expressas imperativamente por banqueiros toda vez que um possível questionamento à legitimidade do jogo viesse à tona. Assim, é possível perceber uma confiança mútua entre os apostadores e bicheiros no próprio jogo, já que alguns dos bicheiros são também apostadores e compartilham dos mesmos códigos e relações de confiança que são estabelecidas pelos apostadores. Deste modo, é possível apontar para a existência de uma ordem de pureza no jogo do bicho.

Este axioma moral de pureza instituído no mercado de jogos ilegais se baseia na premissa de honestidade e confiabilidade presente nesta loteria, tanto nos discursos dos jogadores e apostadores quanto no dos próprios banqueiros. Uma eventual transgressão de um banqueiro pode contaminar todos os bichos, atingindo assim a confiança que foi estabelecida e pondo em risco a continuidade das apostas e o futuro do próprio jogo. Desta

forma, qualquer mácula postada contra o jogo é prontamente rebatida e rechaçada nas ruas e pontos de jogo. Assim um apostador precisa acreditar não só que o bicho paga, mas também na habilidade matemática do bicheiro em questão, que sua aposta não irá se perder, ser escrita de maneira errada ou com os números trocados. Tal qual é importante um contrato para um determinado mercado na economia capitalista formal, o princípio da confiança no bicho proporciona uma “certeza jurídica” (Weber, 1964) indispensável para o cálculo racional do jogo. Joga-se, pois existe previsibilidade na estrutura que evita que os atores envolvidos atuem de acordo com seus próprios interesses particulares. Aqui, a garantia na palavra dos banqueiros, de honrar seus compromissos, conjuntamente com as *pules*, escritas à mão no meio das calçadas por bicheiros (muitas vezes anônimos), proporcionam vínculos firmados entre jogador e os agentes do jogo. Há, assim, uma institucionalidade na loteria que insere normas e convenções contratuais que possibilitam a previsibilidade de um cálculo racional, independente da mediação de órgãos Estatais. A possibilidade de coação e punição, caso haja uma transgressão, permanece sob o monopólio da organização do jogo que busca manter a imagem de idoneidade das apostas, reforçando sua legitimidade. Por mais que sejam poderosos no jogo, as ações dos donos e banqueiros dependem de regras previamente estabelecidas, e não de um arbítrio puro. Entre banqueiro e apostador cria-se um laço de alta densidade moral, similar ao que o jogador tem com o seu bicho íntimo, objeto de suas esperanças. Os antropólogos Roberto Damatta e Elena Soárez (1999), ao observar o jogo como um “operador totêmico moderno”, afirmam:

Ao atualizar práticas sociais assentadas em relações de “força” entre animais e números, essa cosmologia engendra a imensa confiança dos apostadores nos bicheiros, fazendo que o pedacinho de papel que comprova a aposta tenha mais valor e seja mais respeitado do que um documento de identidade ou uma nova lei que, afinal de contas, pode ou não “pegar” (Damatta; Soárez, 1999: 53-54).

A impessoalidade também assume o sentido de imparcialidade que fica explícita nas *pules*, onde números são escritos em sequências escolhidas por apostadores no momento de feitura de uma aposta. Pois, como já dito anteriormente, a garantia do recebimento de um prêmio é dada com a entrega da *pule* vencedora de volta ao ponto de jogo onde ele foi feito. Como um título ao portador, não importa quem recolherá o prêmio, podendo ser o sujeito que originalmente fez a aposta ou não. O que é relevante é a obrigatoriedade de se ter a *pule* em mãos que comprove a vitória e o vínculo estabelecido entre o jogador e o bicho. Por isso, muito embora não se possa pensar em contratos sem

garantias jurídicas numa economia moderna, também é certo que na maioria das transações comerciais os contratos são cumpridos sem recurso à ação judicial (Weber, 1964: 264-265). As *pules* como contratos firmados em que se “vale o que está escrito”, reforçam a sua importância para o sistema de regras econômicas do jogo. Com isso, a noção de obrigação de transferência de dinheiro da banca ao jogador encontra na *pule* a garantia do cumprimento da promessa feita de que, em caso de vitória, a organização do jogo pagaria uma quantia proporcional ao tipo de jogo e ao valor apostado.

Para Weber, o racionalismo é um traço essencial do capitalismo, mas a racionalidade é vista não como um pressuposto do comportamento humano (como na teoria econômica), e sim como uma variável que evoluiu historicamente (Swedberg, 2005: 62). Entretanto, em oposição ao processo de racionalização da conduta weberiana ideal que culminou no capitalismo moderno (Weber, 1964: 24), o bicho, essencialmente, acaba por aglutinar o costume (que geralmente não envolve nenhuma reflexão quanto à ação e suas finalidades) com adaptação planejada a uma situação objetiva de interesses. Com isso, no bicho, a racionalização encontra-se em meio à cultura, à tradição e ao folclore, “carnavalizando” o capitalismo (Damatta; Soárez, 1999: 35). Em suma, no mercado de apostas ilegais a influência de códigos e regras (ou que se poderia chamar de direito) para a previsibilidade da conduta dos agentes opera pela formação de expectativas de um agente em relação a outros, no sentido de que os outros se comportarão conforme as regras do jogo.

ACERTANDO AS CONTAS

No jogo há também a relação de confiança da banca⁵ para com o bicheiro. Um bicheiro trabalha normalmente com uma quantia consideravelmente grande de dinheiro pertencente a banca. As quantias podem variar de acordo com o movimento de cada ponto e do dia em questão. Em um dia muito movimentado, com muitas apostas, o bicheiro pode acumular valores relativamente altos (por volta de mil até 5 mil reais em uma tarde de jogo). Existem vários dispositivos de controle que as bancas possuem para saber a

⁵ No jogo a “banca” é, nessa organização, o local mais importante de gerenciamento, gestão e centralização do jogo. É de lá que saem as ordens para todos os pontos. Pode até mesmo possuir um nome que é compartilhado pelos pontos que pertencem a ela, que, em geral, fica escrito no topo dos talões de jogo (Labronici, 2012: 83).

quantidade de dinheiro que sai e que entra em seu caixa. Entretanto, no quesito das contas do caixa, por maior que seja o controle, nunca fecham exatamente. Isso ocorre, porque um bicheiro tem a liberdade para utilizar recorrentemente do dinheiro disponível em seu próprio caixa para uso pessoal. Cigarros, remédios, bebidas (não alcoólicas) e comidas podem ser comprados com o dinheiro das apostas recebidas a partir de uma discricionariedade e “bom senso” do bicheiro.

No bairro do Catete, na zona sul da cidade, o bicheiro Zé costumava mostrar um pedaço de papel que guardava em sua bolsa pochete. “Aqui estão as minhas contas”, afirmava. “Quando eu preciso de um dinheiro eu retiro do caixa e anoto aqui quanto estou devendo”. Pelas suas contas, havia 97 reais de dívidas com a banca e, no dia em questão, ele reporia 20 reais que recebeu de comissão de um ganhador.

Até uns 60 reais eles não reclamam não, passando disso eles começam a cobrar. Quando eles falam pra mim: “Zé, seu *elevador* já está no décimo andar”, significa que eu devo mais de 100 reais pra eles. Geralmente é assim, eu reponho aos poucos e quando preciso de uns trocados eu pego daqui direto. Não preciso recorrer a nenhuma burocracia da banca (*apud*, Labronici, 2012: 120 -121).

O uso de dinheiro da banca é algo comum em alguns pontos da cidade. O “elevador”, como é conhecido no ponto de Zé é uma prática difundida entre os bicheiros. Já o bicheiro “Domingos”, que atuava no centro da cidade, afirmava que poderia retirar quantias relativamente grandes (de 200 a 300 reais) e que, dependendo para o que fosse, a banca poderia até mesmo perdoar parcialmente ou completamente sua dívida. “Se for pra médico ou remédio do meu filho eles nem me cobram”. A banca assim permite que o bicheiro tenha certa liberdade com seu dinheiro, tanto é que os gastos, considerados pequenos ou grandes, contanto que justificados, são tolerados. A decisão para utilizar parte do dinheiro do caixa é exclusivamente do bicheiro e que não precisa pedir permissão prévia. A banca tolera e permite sem cobrar nenhum tipo de taxa ou juros sobre o dinheiro utilizado, e o tempo de pagamento desta dívida pode variar de semanas a meses, dependendo da quantia gasta.

Uma dívida, por definição é um registro e o estabelecimento de confiança entre as partes. Entretanto, a relação de dívida não seria, como aponta David Graeber (2014: 4), uma relação econômica propriamente dita, mas uma afirmação moral. Segundo o autor, tal premissa sustenta a crença de que um deve pagar suas dívidas e faz com que

seja entendido como a coisa “certa” a se fazer. Nesta relação as partes se juntam dentro de um conjunto de regras (arbitrárias), estabelecidas para que a transação seja realizada e o seu não pagamento possa afetar a relação de maneira drástica. Como discute o autor, o uso do dinheiro utilizado nas transações de dívida se torna um fator que permite transformar o vínculo em uma relação impessoal e quantificável. Entretanto, uma dívida, distintamente de uma obrigação moral, não se dá apenas pelo fato de possibilitar ao credor o uso da violência para reaver o que lhe é devido, mas também porque insere as condições exatas para que ele saiba quanto o devedor efetivamente deve. A relação entre violência e quantificação estão intimamente ligadas (:14) e no bicho, tal relação está implícita a todo o momento.

A representação violenta da organização do jogo e a forma com que as disputas são solucionadas insere um complicador ao se discutir uma dívida em potencial com a banca. Os valores adquiridos por um bicheiro e que permitem que ele faça uso do dinheiro do jogo para benefício próprio está pautado por uma série de etiquetas e formas específicas de gastos. O seu uso é regulado por inúmeros regramentos moralizantes do quanto se pode gastar e com o que se pode gastar. Aqui as posições de devedor e credor podem ser entendidas como qualificações “jurídicas” dos sujeitos detentores de direitos reciprocamente considerados ao participarem de uma transação.

A quantificação também é um fator de relevância. Um bicheiro toma nota de quanto está devendo e sabe exatamente quanto foi gasto, mesmo que a banca não necessariamente acompanhe até os últimos centavos. A pressão moral imposta ao bicheiro que se torna devedor com uma banca de jogo é aqui significativo, pois, para além da pressão do estatuto da dívida convencional, é imputado o peso de uma eventual represália da administração do jogo. Aqui, o termo “elevador” denota um eterno estado de dívida em que os bicheiros estão inseridos, hora mais elevada, hora mais baixa, porém constante.

“FAZ-ME RIR”: A COMISSÃO DO BICHEIRO

Caso um apostador deixe de buscar o seu prêmio, normalmente o lucro vai todo para a banca. Sem a *pule* em mãos, não há forma de saber quem foi o ganhador. A banca possui a informação através de sua contabilidade na “guia de pagamento”, entretanto, não possui a identificação do jogador. Zé relata um caso em que um rapaz havia ganhado 400 reais. Por alguma razão alheia ao seu conhecimento, o jogador premiado não foi recolher seu dinheiro. Há mais de uma semana o dinheiro do prêmio havia ficado separado à espera

que o ganhador reclamasse por ele. Zé especulava o porquê alguém não ir recolher um prêmio: “Talvez a mulher dele tenha lavado junto com a calça, essas coisas acontecem” (Labronici, 2012: 121). Após o prazo de uma semana o prêmio não mais pode ser reclamado e a gerência da banca ficou com uma parte do montante. Do total, 100 reais foram dados à Zé sob forma de comissão. “Quando alguém não vai buscar seu dinheiro, a gente, geralmente, não ganha nada. Quando os valores são baixos então nem se fala. Mas quando é grande como esse, eles podem dar uma comissãozinha pra gente” (:121), afirmava Zé.

O bicheiro Robinho, que trabalhava num ponto do bairro de Vila Isabel, na zona norte da cidade, afirmou que “as vezes, quando o prêmio é bom, deixam uma cervejinha paga aqui no bar pra mim, sempre me dão algum dinheirinho” (:121), ao ser abordado sobre a possibilidade de que o apostador deixe uma parte de seu prêmio para ele. O salário de Robinho era, como em muitos outros pontos, comissionado. Não ganhava em diárias com valores fixos, mas uma porcentagem do total de apostas feitas no dia. Assim, poderia ganhar mais ou menos dependendo do volume de jogo em seu ponto. Mas, fora o sistema de pagamento adotado em cada banca, bicheiros da cidade compartilham a possibilidade de ganhar um abono, dependendo da boa vontade dos jogadores ganhadores. A “comissão⁶” é mais uma espécie de regra de etiqueta adotada entre o apostador e seu bicheiro. Ela faz com que o bicheiro de alguma forma compartilhe do sucesso do freguês. Um agrado que costumeiramente se faz pela realização de algum tipo de serviço, sendo esse o de anotar apostas do bicho. Não é uma prática obrigatória e os bicheiros, muitas vezes, nem esperam por ela. O bicheiro Carlinhos, que trabalhava na cidade de Niterói, afirma que o prêmio é do ganhador e ele faz o que quiser com o dinheiro. Ele não teria obrigação de dar nenhum tipo de contribuição, entretanto, se for do desejo do freguês agradecer financeiramente o bicheiro, Carlinhos aceitaria sem problemas. Mais incomum, entretanto não impossível, é a possibilidade de se contribuir antes mesmo de se ter o resultado do jogo. As cifras da “comissão” não são definidas por porcentagens ou valores brutos, mas muito mais pela proporcionalidade atrelada a quanto se ganhou. Caso ilustrativo é a discrepância de reações do bicheiro Zé ao receber “comissões” de valores extremamente diferentes.

⁶ Também chamado de “gorjeta”, “cortesia” ou “agrado”.

No ponto onde Zé trabalhava um de seus fregueses eventuais e que gostava de jogar valores altos acertou “a sorte grande”. Zé não cansava de se gabar em relação ao tamanho do prêmio sorteado em seu ponto: “Cento e três mil Reais!!” (Labronici, 2012: 122), eventualmente lembrava tal êxito em nossas conversas. “Tudo contadinho, em uma sacola plástica” (:122). Seu gerente havia entregado ao ganhador este valor que seria muito destoante dos demais prêmios sorteados no dia a dia da loteria. Zé ainda se deslumbrava: “Tudo aqui, no meio da rua! Nunca tinha visto tanto dinheiro com o jogo do bicho” (:122). Entretanto, no momento da comissão, Zé baixava de seu estado eufórico inicial e contava com certa amargura. Pois no fim, o ganhador havia retribuído ao bicheiro 300 reais de comissão. Uma comissão extremamente generosa se contarmos com as outras normalmente recebidas. Mas, Zé confessava com um ar de desapontamento: “Esperava milzinho” (:122).

Situação contrastante foi de uma jogadora que apareceu com uma *pule* premiada dias depois. A ganhadora havia retornado ao ponto para recolher seu prêmio com Zé, um total de 150 reais. Zé com seu organizadíssimo bolo de notas retira o prêmio e entrega para a jogadora, que lhe deixa 30 reais de cortesia. Imediatamente Zé muito surpreso vira para mim e comenta: “Essa aqui tem que ganhar sempre!” (:123). A euforia foi tanta que Zé chacoalhava suas mãos para o alto, comemorando como quem comemora um gol de futebol, ao mesmo tempo em que as notas esvoaçavam de um lado para o outro. A proporcionalidade no valor total de uma comissão faz com que uma de 30 reais, o valor total de uma diária recebida por Zé, fosse melhor e mais agradecida do que uma dez vezes maior (300 reais), valor quase equivalente a um terço de seu salário mensal⁷. Como a prática de se dar uma gorjeta a alguém por prestar algum serviço, a multiplicidade de formas e sentidos que uma comissão no bicho pode adquirir se complexifica não apenas por questões quantitativas, mas também por consequência de quem, quando e como essa se deu. Segundo a socióloga Viviane Zelizer (1994: 95), a gorjeta se insere no limite de outras transferências criticamente diferentes. Não é bem um pagamento, não é bem um suborno, não é bem caridade, assim como não é bem um presente. Segundo ela, a confusão se estende para os efeitos da gorjeta sobre a relação entre quem dá e quem recebe.

⁷ Lembremos que os salários recebidos por cada bicheiro variavam de acordo com a localidade do ponto, assim como se fossem sob a forma de diárias ou comissão. O bicheiro Zé ganhava 30 reais de diária, enquanto o bicheiro Robinho apenas 10 reais.

Do mesmo modo, as relações construídas entre bicheiros e alguns apostadores se tornam bastante fortes. Presenciei um caso em que uma moradora do bairro deu de presente uma mochila para Zé no dia de seu aniversário. Situação que me soou um tanto quanto enigmática, afinal de contas, não é todo dia em que se presenteia um bicheiro. Há muitos casos em que o bicheiro realiza apostas de graça, “no fiado”, para alguns apostadores mais íntimos. Essa reciprocidade na confiança fortalece as relações. Uma aposta no fiado estabelece uma nova valoração na relação, cria um vínculo entre o apostador e o bicheiro. Além disso, é uma prova de que além da comissão dada no caso de vitória, foi estabelecida uma relação de reciprocidade entre ambos. Tanto a “comissão”, como o “fiado”, são formas de enrijecer as relações instituídas entre bicheiro e jogador. Por uma regra de convivência, espera-se que o apostador honre sua dívida futuramente, principalmente se obtiver um bom resultado no jogo. Em geral, os valores dos jogos fiados não são registrados pelo bicheiro, que guarda na memória quem fez jogo fiado ou quem está devendo algo. Por isso que estas contas nunca batem exatamente. O bicheiro simplesmente espera que em breve sua solidariedade para com o jogador descapitalizado seja retribuída de alguma forma. A retribuição chega geralmente sob a forma de “comissão”. Para ilustrar o assunto, narro a história que se passou entre o apostador Rafael e o bicheiro Zé.

“Seu Rafael” era um jogador aficionado e permanecia frequentemente nos pontos da região. Quase todos os dias era possível vê-lo pelas ruas do bairro zanzando pelo comércio local. Entretanto, por mais que se fizesse presente no ponto de Zé, ele era considerado uma *persona non grata* entre os bicheiros e até mesmo por alguns jogadores. Antes, apostava sempre com Zé, chegando a fazer diversas apostas fiado, quando finalmente acertou na sorte e ganhou uma quantia considerável, de 750 reais. No entanto, não deixou nem “o do cafezinho”, como me relatou Zé. Pior do que fazer uma aposta sem ter dinheiro, era ganhar e não retribuir ao bicheiro que a anotou, ainda mais se ela foi feita à custa do próprio bicheiro. Antes ser um mal jogador do que um mal ganhador. A todo o momento que Rafael surgia, Zé era implacável;

(...) mas também vai ver uma coisa, vai ficar sete anos, sete meses, sete dias, sete horas e sete minutos sem ganhar um centavo no bicho. Praga de bicheiro é forte! (Labronici, 2012: 124).

Esta ruptura na confiança dissolve a relação existente entre os dois. Zé não mais fazia apostas fiado para Rafael e sempre que possível mandava fazer apostas com outro

bicheiro. Entretanto havia vezes que não podia deixar de anotar caso Rafael tivesse dinheiro para bancar seu próprio jogo. “Afinal de contas, esse é o meu trabalho” (:124), afirmava o bicheiro.

GANHOU, MAS NÃO LEVOU

Apesar de todo o esforço pela manutenção da credibilidade, existem situações em que é possível acertar no bicho, mas não levar o prêmio para a casa imediatamente. Logo em minha primeira semana de campo no ponto do bairro de Vila Isabel, algumas vezes minha conversa com Robinho era interrompida com a intromissão de um senhor que transparecia um nervosismo evidente. Segundo ele, havia ganhado 800 reais em um jogo de centena e terno de grupo “dobrado”⁸. Entretanto, o bicheiro do ponto em que o jogo havia sido feito não havia lhe pagado o valor total. Ele continuava devendo 270 reais. Segundo consta, a guia de pagamento do bicheiro não trazia o valor dobrado. O bicheiro afirmava que nada poderia fazer, pois caso contrário, ele teria que resolver o déficit do próprio bolso. Indignado, o apostador havia se dirigido para o ponto de Robinho a procura do gerente. Conhecido pelos fregueses do bar em frente de onde Robinho trabalhava, todos logo compartilharam as dores do apostador. “Se ele ganhou ele tem que receber, que história é essa!?” (:124), exclamavam alguns dos frequentadores. Quando a gerente chegou, os demais fregueses e eu saímos e o jogador lesado ficou para resolver com a gerente e o bicheiro. Somente após uma semana de insistência e argumentação finalmente o jogador conseguiu solucionar o problema. O restante do “dobrado” foi inserido na nova “guia de pagamento” e por fim o freguês recebeu a diferença em seu prêmio.

Um segundo caso se deu por meio de uma conversa despreziosa realizada com o bicheiro Nensinho. Ele era o antigo caixa do ponto em que Zé trabalhava e chegou a se tornar gerente daquele ponto. Muito responsável com o dinheiro da banca, ele pagava somente após conferir o valor na “guia de pagamento”, justamente para evitar problemas similares aos descritos acima. Entretanto, contou-me que, no dia em questão, um freguês

⁸ Existem várias modalidades de apostas no jogo do bicho. A que possui a possibilidade de se ganhar “dobrado” é a denominada “terno de grupo”, porém apenas se o jogador inserir a modalidade de “repetição”, pois amplia o número de combinações. Para isso, é necessário um pagamento que é feito pelo jogador e deve ser explicitado ao bicheiro no momento da feitura da aposta (Labronici, 2012: 116-117).

havia ganhado 300 reais em uma centena⁹. Sem esperar que a guia de pagamento fosse liberada, apressou Nensinho para que ele lhe desse seu dinheiro na hora. Depois de alguma insistência e quebrando seu protocolo pessoal, Nensinho entregou os 300 reais ao jogador apressado. Contudo, após finalmente conseguir conferir o valor total que deveria ser entregue ao ganhador, Nensinho observou um acréscimo na guia de pagamento de 45 reais no prêmio em questão. Sem ter como entregar o restante ao ganhador e não querendo deixar que a banca ficasse com a sobra, o bicheiro embolsou a diferença. “Ninguém mandou ser apressado” (:125), termina ele. Assim, prêmios podem não ser entregues a seus respectivos ganhadores por uma série de razões. Esquecimento, perda de *pule* e até mesmo divergências entre o quanto se ganha e o que está informado na “guia de pagamento”.

Do mesmo modo que alguém pode ganhar e não levar por esses e outros eventuais problemas operacionais, existe ainda a possibilidade que trapaças e manipulações possam ser feitas de modo a causar problemas entre a administração do jogo, o bicheiro e o jogador. Apesar do princípio da honra que proporciona a base existencial do jogo ser amplamente difundida, isso não significa que ela ocorra idealmente a todo tempo. Existe, nos pontos do bicho, uma prática um tanto arriscada realizada por bicheiros denominada de “sentar na *pule*”. Isso significa que um bicheiro não repassa a segunda via¹⁰ da *pule* para a banca fazendo com que a aposta não seja contabilizada pela apuração do bicho. Assim ele adquire para si o dinheiro integral da aposta feita. É considerada uma falta extremamente grave e muito arriscada. Pois com ela, nem o apostador nem a banca ficariam cientes de que a aposta nunca foi contabilizada. Uma transgressão que prejudica tanto o jogador, quanto a banca, afetando tanto financeiramente as partes envolvidas, quanto na confiança necessária ao jogo.

O termo “sentar na *pule*”, remete ao movimento que é possível de ser feito por bicheiros de esconder (literalmente ou figurativamente sentar em cima) de uma *pule* de

⁹ No jogo, há uma lista de 25 bichos em que cada um corresponde a 400 “centenas” que são usadas como fonte de apostas pelos jogadores (Labronici, 2012: 88).

¹⁰ Quando jogado é feito no talão, as apostas são replicadas com papel carbono que produz automaticamente uma cópia da aposta realizada que é denominada de “segunda via”. Esta é utilizada para que a gerência do jogo possa contabilizar a aposta e calcular suas receitas. (Labronici, 2012: 80).

jogo¹¹. Tal prática se equivale a um furto que, quando bem-sucedido, isto é, quando a aposta não é premiada, nenhuma das partes prejudicadas toma ciência do ocorrido e o bicheiro sai com sua imagem e credibilidade intacta. Além de um dinheiro extra no bolso. Entretanto, os perigos existentes em se sentar na pule se dão justamente quando o jogo apostado “sai”. Quando o jogador se dirige ao ponto para recolher seu prêmio e sua aposta não foi contabilizada pela apuração e o valor ganho não consta na guia de pagamento. A discrepância entre os valores pagos e devidos causam conflitos, discussões e, quando a banca finalmente toma conhecimento do ocorrido, eventuais problemas ao bicheiro.

Aqui é possível considerar que “sentar na *pule* representa uma aposta feita pelo bicheiro contra o apostador, pois ela depende que o jogo não seja premiado para que ele tenha sucesso, caso contrário o bicheiro pode sofrer sanções severas. Robinho, um dos bicheiros acompanhados, havia sido expulso do bicho por um breve período ao ser pego “sentando na pule”, entretanto, tempos depois conseguiu voltar a trabalhar no jogo. Nunca entrou em muitos detalhes sobre como ocorreu esse processo de expulsão e retorno, pois um bicheiro jamais admitiu ter ‘sentado’ na *pule* de alguém abertamente.

Deste modo, é possível observar como o princípio da honra e confiança estabelecida e propagandeada pelo jogo não se dá exatamente da forma como ela é idealmente apresentada. Quando gestado nas ruas e esquinas da cidade, o jogo passa a ser mediado também por relações entre os sujeitos com interesses divergentes, que assumem os riscos e colocam-se em situações diversas que podem afetar o andamento das apostas. Bem como, quando operacionalizado, erros e problemas no fluxo de apostas entre o ponto e sua contabilidade podem ocorrer, mas que apesar disso, não são suficientemente fortes para pôr a credibilidade do jogo em xeque. Os bichos do jogo são difíceis de serem confundidos entre si, entretanto, com a sua associação numérica e as operações matemáticas necessárias para se calcular as apostas, quanto se gasta e quanto se ganha com cada uma delas, abrem-se margem para que imprecisões, falhas e equívocos sucedam.

¹¹ Este movimento tem sido cada vez mais dificultado com a implementação em alguns pontos das máquinas de jogo, ou dos aplicativos, que são cada vez mais utilizados pela administração das bancas na cidade como substitutos do talão de apostas, bem como uma forma de otimizar o fluxo de apostas e diminuir problemas operacionais (Labronici, 2012: 126).

O ELEMENTO SORTE

Em 26 de maio de 1971 o escritor e jornalista Nelson Rodrigues afirmou que o termo “zebra”, ou “deu zebra”, teria uma origem da junção do futebol com o jogo do bicho. Segundo ele, o técnico de futebol Gentil Cardoso, que em 1964 treinava a Portuguesa carioca, time pequeno, teria dito antes de um jogo com um time grande: “Hoje vai dar zebra”, o que teria deixado os jornalistas confusos. Após a vitória de seu time, o técnico teria explicado aos jornalistas: “Meu filho, no jogo do bicho tem zebra? E se um dia desse zebra no bicho?”. A expressão teria se consagrado a partir dali (*apud* Werneck; Machado, 2011: 20). Essa seria a origem folclórica do termo e se tornado um personagem importante nessa equação, para inserir a “sorte” no mercado de jogos de apostas. Com isso, o termo “deu zebra” teria nascido do jogo do bicho: “quando o resultado tinha sido o de um bicho que ninguém esperava, dizia-se que tinha dado zebra, animal que nem faz parte do jogo” (Bueno, 2002: 241).

A partir disso, é possível falar de “sorte” no mercado de jogos de apostas. Não no sentido de uma entidade metafísica. Trata-se, antes, de uma representação socialmente constituída, que circula como elemento de justificação para a ação de apostar, sendo o acaso marca fundamental da possibilidade de ganho. Lido dessa maneira ele se converte em mecanismo de aplacamento do risco. As ciências estatísticas corroboram com esta definição, na qual a sorte seria uma figura para anular qualquer elemento externo ao acaso que possa determinar o resultado de um evento aleatório (Bernstein, 1997; Mlodinow, 2009). Nesse sentido, mais uma vez se torna essencial para qualquer organização no mercado de jogos, tal qual o bicho, que a representação se dê como a de uma organização que ofereça a confiança necessária para que apenas a sorte atue sobre o processo, ou seja, que não se possa pensar que qualquer outro interesse que não o puro acaso interfira no sorteio. Assim, ao mesmo tempo que a sorte é uma justificação que se funda na idoneidade de um sistema formal despido de quaisquer vieses, em que a pura eficiência permite a confiança – justificação que Boltanski e Thévenot (1987) chamariam de “industrial” –, mas também como uma forma de legitimidade.

A história da experiência do jogo do bicho com os “concursos de prognósticos” pode ser descrita como uma história de relação com aquilo que antes chamamos de sorte, ou seja, como o dispositivo que sustenta a legitimidade da ação de apostar. A sorte, uma representação social que atua nas máquinas cognitiva e moral dos atores, é a garantia de que não há contaminação da operação de jogo com nenhum elemento de “interesse”. Os

sociólogos Alexandre Werneck e Luís Antônio Machado (2011: 25) chamam a atenção para a maneira como a sorte pode, sob certas circunstâncias, sobrepor-se ao interesse. Antes de tudo, o interesse surge nessa equação duplamente, tanto como representação quanto como ente sociológico efetivo. Como representação porque, se a sorte aplaca alguma coisa, é a inação de interesse externo. Ao mesmo tempo, argumentam os autores, o interesse surge como ente de fato ao representar os elementos alheios ao acaso, qualquer forma de competência analítica que poderia diferenciar apostadores entre si. A “fezinha¹²” nos bilhetes, nos resultados da rodada, nos bichos, na escolha de números seria apenas mais um componente da operação de “domar a sorte” que cada jogador executa. No mercado de apostas em geral, formas diferentes de se relacionar com a sorte multiplicam a potência dessa representação como mais uma das oportunidades de se domar o risco.

Diferente dos demais jogos sorteados pela Loteria Federal ou das corridas de cavalo (turfê), o jogo do bicho não rateia¹³ seus prêmios. Isto é, o jogo paga a quantidade exata merecida em cada prêmio sorteado, independente de quantos jogadores ganharem com o mesmo tipo de jogo. Não há divisão dos prêmios entre os ganhadores. Sendo assim, não haveria razão aparente para que alguém evite que outros repitam seu jogo. Entretanto, o jogo que cada um produz não se trata apenas de uma questão de sorte, mas da coordenação dela com uma competência para compreender o contexto dos eventos, descobrir os bichos e ler o universo em concordância com as possibilidades que o jogador dotado de sorte e conhecimento necessitaria para elaborar um jogo vitorioso. É possível elaborar jogos complexos correlacionando números, sonhos, indícios, pressentimentos e bichos para apostar no que ele acredita que tenha mais chances “objetivas” de ganhar e não no número que ele simplesmente queria que ganhasse. Essa liberdade oferecia ao jogador a possibilidade de uma vasta galeria de combinações de números significativos, operações com as quais os apostadores costumam esperar “domar a sorte”. Para isso é comum se escolher datas de aniversário, número de tumbas, placas de carro e várias outras variáveis simbólicas para se “fazer uma fezinha¹⁴”; bem como também é comum “ler” o

¹² Nas apostas o termo “fezinha” se popularizou, e permite aproximar da comunhão, da doação, da renúncia e que instaura no jogo com a crença de ganho e mobilidade social. O bicho assume uma aura de inocência, e se associa à esfera religiosa, aos símbolos populares e à vida diária (Damatta; Soárez, 1999: 108).

¹³ *Ratear* o prêmio significa também uma divisão do total ganho entre o número de ganhadores.

¹⁴ Em diversos outros tipos de jogos de apostas essa relação se dá de maneira semelhante. Assim como no jogo do bicho se busca interpretar a vida social a partir do jogo, no país vizinho, Argentina, se busca “numerificar” a vida social em busca de resultados favoráveis na “Quinela”, uma loteria popular local (Ver: Figueiro, 2022).

bicho na borra do café, nas nuvens e até mesmo fazer orações e simpatias para “chamar” o bicho (Soares, 1993: 163-165).

O economista Thorstein Veblen (1994), em seu estudo sobre a classe dominante, afirma que a crença na existência da sorte seria uma das bases de todo jogo de apostas. “Na sua forma mais simples, a crença na sorte é neste sentido instintiva de uma propensão inescrutável teleológica em objetos ou situações” (Veblen, 1994: 280) [tradução livre]. A sorte também pode ser vista como algo inerente a um objeto, entidade, evento ou pessoa, sendo dotada de um “índice de agência” (Gell, 1998). Possui propriedades que refletem determinadas agências dos jogadores. Ela pode ser o determinante entre a vitória e o fracasso. É algo que o jogador crê possuir no momento de enfrentar o risco na busca de uma vitória. Caso ele a tenha, ela agirá no sentido de produzir ou contribuir para resultados positivos no jogo. Caso contrário, resultados negativos serão atribuídos à sua ação. Contar com a sorte é algo que todos os apostadores de bicho fazem à sua própria maneira e sua agência é amplamente reconhecida. Porventura um sujeito dotado de sorte passa a ser bem-visto no mercado de jogos, uma espécie de contaminação voltada para o sucesso e passível de ser transmitida aos demais jogadores. Pois, o simples fato de se estar na presença de um jogador ou bicheiro “sortudo” (também conhecido como “pé quente”) faz com que outros possam compartilhar de sua fortuna. Não há nada prévio (à aposta ou à premiação) que possa caracterizar alguém como sendo sujeito dotado de sorte. A rotina de apostas que garante que a sorte pode se construir como uma “competência” (Boltanski, 1990) ou como uma representação “que convém” (Thévenot, 1990), ou seja, um elemento que sustenta um conjunto de ações sociais em uma determinada gramática. O agir aqui em questão é o de se inserir em um mundo marcado pelo risco e pela incerteza. A sorte se torna um elemento de definição da correção moral da atividade de apostar, um elemento a permitir que a ação produza efeitos.

Nas ruas isso se dá de forma explícita. Durante a espera na fila para realizar uma aposta no ponto de Zé, uma jogadora conhecida pelo bicheiro, antes de fazer seu jogo, dirigiu a um outro jogador, que permanecia no ponto conversando com os demais presentes. Com um tom jocoso, mas ao mesmo tempo imperativo, ela prosseguiu: “Vai ficar “zoiando” meu jogo? Você é muito “pé frio”, vai me fazer perder!” (Labronici, 2012: 144) e em seguida deu um tapa de leve no ombro do colega para ele se virar e não olhar seu jogo. Ele recolheu sua bolsa, deu uns passos atrás e prosseguiu a conversa como se nada tivesse acontecido. Com isso, a sorte e o azar fornecem aos jogadores do bicho

distintos sistemas de justificação para resultados entre o sucesso e o infortúnio, que trabalha selecionando determinadas causas em situações particulares. Ambas não contradizem o conhecimento que os sujeitos teriam sobre as causas e efeitos do evento em particular, pois não excluem as causas reais de um acontecido já que perder no jogo do bicho é algo que acontece com maior frequência do que se ter uma *pule* premiada. Entretanto, são somente em alguns casos que o jogador atribuirá seu infortúnio a um golpe do azar, a um malogro de alguém ou algum fator externo. Ele não ignora a relação de causa e efeito do jogo, ou o que poderíamos chamar de “causas reais”, mas se sobrepõe a elas, criando valorações diferenciadas para cada jogo realizado. A derrota no bicho pode ser assim considerada como uma constante, mas apenas algumas destas derrotas são significativas o suficiente para serem consideradas “verdadeiras derrotas”.

Diversos são os jogadores, como o sambista Zeca Pagodinho descrito na introdução deste texto, que afirmam ganhar mais do que perder. Em geral tal afirmação significa que suas vitórias, que podem ser reais no sentido material, são mais significativas do que suas “derrotas reais”. Perder com um jogo qualquer é uma constante, mas perder com um palpite certo¹⁵ em mãos é um “verdadeiro azar”, “deu zebra”. O jogo, portanto, proporciona um alvo que permite ao jogador testar a todo o momento sua sorte. Tanto a sorte quanto o azar podem ser atribuídos a qualquer sucesso ou infortúnio que ocorra no jogo de qualquer pessoa. Possuir um bom palpite é sempre uma boa razão para uma nova tentativa com a sorte nos bichos, é sempre motivo de expectativa positiva.

CONCLUSÃO:

Como se buscou demonstrar aqui, a loteria do jogo do bicho possui um papel particular na relação entre o legal e o ilegal. O olhar etnográfico utilizado neste trabalho permitiu evidenciar como se estipulam as dinâmicas e as formas de operacionalização do jogo nas ruas a partir da ênfase de alguns de seus princípios éticos fundamentais. Formas de operar e sentidos atribuídos ao jogo nas ruas ultrapassam a mera questão legal e inserem o jogo numa posição ambígua. Esta observação do cotidiano do jogo aqui

¹⁵ No jogo do bicho, os animais permitem lançar mão desses mesmos argumentos, o que possibilita transformar acontecimentos aleatórios, desagradáveis e aparentemente sem sentido, como os pesadelos, acidentes, mortes súbitas, em “palpites” que lhes dão ordem, estrutura, “valor moral” e, eventualmente, fortuna. (Damatta; Soárez, 1999: 30).

permitiu uma ampliação na forma com que estão constituídos alguns dos entrelaçamentos operacionais no mercado de jogos praticado no meio urbano carioca. A violência e o modo de gestar e produzir previsibilidade ao jogo encontram-se espelhadas na forma com que o Estado utiliza de seu monopólio para a regulação do mercado e da vida cotidiana. Aqui, a administração do bicho se pauta por um princípio que, em muitos momentos, pode ser visto como superior ao que é demandado pelo Estado, justamente por não possuir o monopólio da violência. Como afirmou David Graeber (2016): “Nenhum sistema é capaz de gerar a si próprio. Qualquer poder capaz de criar um sistema de leis e regras não pode ser imposto ao seu próprio cumprimento” (:213) [tradução livre]. A dependência da ameaça física ou “violência estrutural” (:58), somente pode ser criada e mantida pela ameaça do uso de violência, mesmo quando no funcionamento de seu cotidiano não precise se efetivar. No universo das incertezas, a garantia que o jogo necessita é se apresentar como superior, imaculado, honrado, justamente por não gozar do monopólio que o Estado possui para regular e manter o mercado.

Ao discutir e utilizar o jogo do bicho como referencial de jogo de azar, Roger Caillois (2017) aponta para uma inexistência de controle e a impossibilidade de reclamação de um jogador que se sinta lesado ou prejudicado com um jogo (:203). Segundo ele, isso seria a fonte principal na busca pela honra e pela construção de uma relação de confiança entre jogadores e a organização do jogo. Entretanto, como foi possível observar, no jogo há a possibilidade de reclamação de jogadores e que, em determinados momentos, podem ser ouvidas e atendidas pela organização. Pois, ao contrário do que afirma o autor, o jogo do bicho se pauta por um controle cotidiano e sua gestão é acompanhada por operadores e funcionários que atuam nas mais diversas funções. Assim, aqui, a confiança atrelada ao jogo ultrapassa uma mera tentativa de contornar a questão legal de modo a adquirir legitimidade. A moralidade atrelada ao cumprimento das obrigações de pagamentos de uma aposta está inserida numa lógica similar ao da dívida moderna do espírito do capitalismo contemporâneo. A máxima que afirma que “o jogo sempre paga” não é entendida apenas como um jargão propagandeado a seus apostadores em potencial, mas é porque é considerado uma certeza, compartilhada por jogadores, bem como por praticamente todos os demais operadores do jogo.

Com isso, a representação do bicho, no cotidiano das ruas, aponta para uma relação específica entre jogadores e seus operadores e donos. Seguindo o princípio da impessoalidade desse mercado, apostadores não precisariam condicionar a feitura de uma

aposta a um ponto, bicheiro ou banqueiro específico. Todos teriam as mesmas condições de fazer, sortear e premiar seus ganhadores. Alguns autores chegam a afirmar que seriam “mais importantes que os bicheiros” (Damatta; Soárez, 1999: 21). Entretanto, como ficou explicitado aqui, a relação constituída nas ruas entre os atores se complexifica e é reforçada por uma série de elementos, sendo a sorte um deles. Apostar em um bicheiro “pé quente”, em um ponto específico, em um horário do dia, enfim, inserem elementos que vão ser considerados como justificações entre o sucesso e o fracasso. A noção de sorte na loteria do jogo do bicho, mesmo criticada, mantém assim o direito de existência em uma sociedade que se considera mais racional. E mais: a sorte não é apenas a forma manifesta da injustiça, do benefício gratuito e do demérito. É também vista como “diferente do trabalho” (Caillois, 2017: 206), da poupança, das privações consentidas para o futuro; em resumo, de todas as virtudes necessárias em um mundo voltado para a acumulação e o aumento dos bens; inserida numa representação de gastos desnecessários, opulentos e inconsequentes, e que, por isso, deveria ser combatida e evitada.

REFERÊNCIAS:

BERNSTEIN, Peter. 1997. *Desafio aos deuses: A fascinante história do risco*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier.

BOLTANSKI, Luc & THÉVENOT, Laurent. 1987. *Les économies de la grandeur: Cahiers du Centre d'Études de l'Emploi*, 31. Paris: Presses Universitaires de France.

BOLTANSKI, Luc. 1990. *L'amour et la justice comme competences*. Paris: Metailie.

BUENO, Márcio. 2002. *A origem curiosa das palavras e/ou dos significados*. Rio de Janeiro: José Olympio.

CAILLOIS, Roger 2017. *O jogo e os homens, a máscara da vertigem*. Petrópolis: Vozes.

CHAZKEL, Amy. 2014. *Leis da sorte: O jogo do bicho e a construção da vida pública urbana*. Campinas: Ed. UNICAMP.

CHINELLI, Filipina.; SILVA, Luiz Antônio Machado da. 1993. “O vazio da ordem: Relações políticas e organizacionais entre escolas de samba e o jogo do bicho”. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro UERJ/CEP, v. 1, n. 5, p. 42-52.

Disponível em:

http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_12/12_mediacoas_FilippinaChinelli.pdf
f. Acesso em: 03 mar. 2020.

DAMATTA, Roberto & SOÁREZ, Elena. 1999. *Águias, Burros e Borboletas, um estudo antropológico do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Rocco.

FILHO, Mário Simas. 1994. “Ligação do bicho com tráfico começou em 75”. Folha de S. Paulo. São Paulo, terça-feira, 12 de abril de 1994.
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/12/brasil/17.html> (acessado em: 25/01/2024).

FOUCAULT, Michel. 1994. “*Des supplices aux cellules*”. In: . *Dits et écrits II*. Paris: Gallimard, pp. 716-720.

GELL, Alfred. 1998. *Art and agency. An anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press

GRAEBER, David. 2014. *Debt: The first 5,000 years*. Londres: Melville House.

_____. 2016. *The Utopia of Rules: on thechnology, Stupidity, and the Secret Joys of Bureaucracy*. Londres: Melville House.

LABRONICI, Rômulo. 2012. *Para todos, vale o escrito: uma etnografia do jogo do bicho*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFF, Niterói.

_____. 2020. “Ação entre Amigos: Relações entre Banqueiros do Bicho e Milícias nas Disputas Político-Econômicas da Contravenção”. *Revista Antropolítica*, n. 50, Niterói, p. 162-187

MAGALHÃES, Felipe. 2011. *Ganhou, Leva! O jogo do bicho no Rio de Janeiro (1989-1960)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

MISSE, Michel. 2007. “Mercados Ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. *Estudos Avançados*. Vol.21 no.61 São Paulo.

MLODINOW, Leonard. 2009. *O andar do bêbado: Como o acaso determina nossas vidas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

OTAVIO, Chico & JUPIARA, Aloy. 2015. *Os porões da contravenção. Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro: Ed. Record.

PABLO, Figueiro. 2022. *¿Querés salvarte? Apuestas, dinero y salvación en el juego de la quiniela*. Buenos Aires: 1a ed. –TeseoPress.

PACHECO, Renato José Costa. 1957. *Antologia do Jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora.

RODRIGUES, Nelson. “A zebra”. *Diário da Noite*, 26/05/1971

SOARES, Simone Simões Ferreira. 1993. *Jogo do bicho, um fato social brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

SWEDBERG, R. 2005. *Max Weber e a idéia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

THEVENOT, Laurent. 1990. "L'action qui convient". In: PHARO, Patrick [e] QUERE, Louis (orgs), *Les formes de l'action*. Paris, Éditions de l'EHESS, pp. 39-69.

VEBLEN, Thorstein 1994. *The belief in Luck*, In: *The theory of the leisure class*. Nova York: Ed. Penguin books.

WEBER, Max. 1964 [1922]. *Economía y sociedad*. 2. ed. em espanhol. México: Fondo de Cultura Económica.

WERNECK, Alexandre; MACHADO DA SILVA, L. A. 2011. "A "sorte" como mecanismo de arrecadação: Uma história das loterias da Caixa e de sua relação com políticas públicas". In: GOMES, Ângela de Castro, FREIRE, Américo. (Org.). *A trajetória da Caixa Econômica Federal*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, p. 197-227.

ZELIZER, Viviana A. 1994. *The social Meaning of money –pin money, paychecks, poor relief & other currencies*. Nova York: Ed Basic Books.

ZWEIG, Stefan. 2013 [1941]. *Brasil, um país do futuro*. São Paulo: L&PM Editores.